

GLOBALIZACIÓN Y PROBLEMAS DEL DESARROLLO

IX ENCUENTRO DE GLOBALIZACIÓN Y PROBLEMAS DEL DESARROLLO
5 AL 9 DE FEBRERO DEL 2007
PALACIO DE LAS CONVENCIONES
LA HABANA – CUBA

BLOCO TEMÁTICO

POBREZA, DESIGUALDADE E EQUIDADE.

Por que não se avança no propósito de diminuir a pobreza? Enfoque teórico.

**BRASIL: FATORES COMPLICADORES PARA A REESTRUTURAÇÃO
NACIONAL DO PAÍS COMO UM TODO. POBREZA, CRESCIMENTO E
SOBERANIA.**

Roberto Holguin
Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2006.

I. INTRODUÇÃO

Nas duas participações anteriores, VI e VIII Encontros de Economistas, desenvolvi o tema sobre o crescimento nacional atrelado às empresas internacionais e as parcerias público-privadas como ponto de partida para a reorganização sócio-econômica do Brasil, respectivamente. Fechando o tripé, a minha intenção, neste IX Encontro Internacional, é apresentar uma rápida discussão sobre os fatores que dificultam a recomposição do modelo de acumulação nacional e sua distribuição de forma mais equitativa.

A pobreza, após cinco séculos de História, se apresenta cada vez mais profunda, e, diria, estrutural. O Brasil com todo o seu poderio econômico, tecnológico e científico, não consegue dar partida para um desenvolvimento sustentável que proporcione bem estar aos seus agentes sociais. Entre os componentes negativos para esta forma estrutural de pobreza, falarei sobre o efeito negativo dos bolsões de miséria, o colapso das cidades – fruto das migrações do campo, a falência do ensino básico e do ensino médio, o processo decadente das grandes universidades federais e estaduais, a falta de apoio efetivo à pesquisa básica e de desenvolvimento e a sua não interação com as unidades produtivas existentes no País. Daremos uma grande ênfase ao efeito demolidor da mídia com seu processo diário e constante de desinformação e contrainformação levando o cidadão comum a um estado inercial e amorfo.

Como modelo teórico nos apoiaremos, mais uma vez, sobre as crises periódicas do capitalismo, ocasionadas pela dupla contradição – acumulação e concentração, de um lado, e pauperização e proletarianização, de outro, ou seja, que o capitalismo por mais desenvolvido que seja, sempre estará exposto aos ciclos de expansão e retração. Estes ciclos, como mostraremos, são originados pelo decréscimo tendente do lucro, pelo dinamismo anárquico do capitalismo e pela desordem dos mercados, assinalando, ainda, que além destas crises periódicas, existe uma crise latente em que o trabalhador participa de uma subconsumação constante.

Focaremos, em detalhe, a proletarianização e a pauperização como vetores da decomposição do tecido social, além da população historicamente excluída do processo produtivo (bolsões de pobreza?). Também incluiremos em nossa análise os conceitos de pauperização absoluta e pauperização relativa e de como a mídia interioriza, cada vez mais, o conceito de consumo para as camadas mais pobres da população, intensificando seu processo de embrutecimento social e político.

Com relação ao crescimento, abordamos nos dois trabalhos anteriores - apresentados VI e VIII Encontros de Economistas - as causas de sua dinâmica aquém da necessária: a falta de uma revolução industrial, a carência de uma pesquisa e desenvolvimento verdadeiramente efetiva e integrada à sociedade e, logicamente, sua dependência econômica e tecnológica dos centros industrializados. Também, discorreremos sobre a falta de uma máquina militar moderna como instrumento de poder que nos garanta a soberania política, econômica e social. Estes temas serão novamente atualizados como forma de inserir o texto no momento histórico que vivemos.

II. POBREZA

II.1 Bolsões de Miséria

O modelo de acumulação da riqueza que vem acontecendo, especialmente, nas últimas décadas, colocou o Brasil em uma situação, que chamaria de estrutural, onde seus agentes sociais vivem em condições precárias, pois não têm as mínimas condições de vida, faltando habitação, saneamento básico, saúde, educação e trabalho. Este processo teve seu início há mais de quinhentos anos, pois o modelo de desenvolvimento aqui implementado pela civilização ibérica se apoiou na exploração de suas riquezas naturais e na alocação de bens produzidos nas metrópoles européias.

O País passou por diversos ciclos econômicos tais como o do Pau-brasil, da Cana-de-açúcar, do Ouro, do Café e da Borracha e nesses processos econômicos as elites sempre se beneficiaram do processo de acumulação, deixando para as populações o ônus do trabalho e de sua condição social.

Entre 1500 e os dias de hoje, o mundo passou por três períodos sucessivos, cujas formas de sociedade podemos resumir como transição para o capitalismo (1453-1789) e após essa data, ou seja, a da Revolução Francesa, podemos dizer que entramos no Capitalismo Industrial e sua fase suprema, o Imperialismo assim como as tentativas de implementação do modelo socialista com suas marchas e contra-marchas históricas.

A inserção do Brasil neste processo acontece de forma mais precária em relação a implementação no continente europeu, tomado como referência. Nos dois trabalhos anteriores, intitulados (i) *Países em Desenvolvimento: o Dilema entre a Competitividade atrelada às Empresas Transnacionais e um Projeto Nacional Tecnológico e de Mercado* e (ii) *Brasil: Parcerias Público Privadas (PPP) e o Plano Plurianual 2004-2007 (PPA). Plano de Intenções ou Ponto de Partida para a Reestruturação Nacional do País como um todo?* e apresentados no VI e no VIII Encontros de Economistas, esta inserção do Brasil é explicada de forma mais detalhada. Neles fazemos uma resenha não só do processo brasileiro, mas também dos demais países do terceiro mundo, o que implica em afirmar que os países em desenvolvimento sofreram o mesmo processo de dominação das metrópoles e hoje em dia das grandes corporações transnacionais. Com relação ao Brasil, desenvolvemos – no segundo trabalho que trata das PPP – a idéia de que esta alternativa de interação entre o setor público e o setor privado, dada a conjuntura econômica do País, era um caminho crítico a ser seguido.

Na temática deste IX Encontro de Globalização e Problemas do Desenvolvimento centrada neste trabalho - *Pobreza, Desigualdade e Equidade, Por que não se avança no propósito de se diminuir a pobreza?* – trataremos de apresentar uma breve análise deste contexto e para tal colocaremos algumas idéias e fatos do Brasil de hoje. O governo Fernando Henrique e o governo Lula – governos com características semelhantes em relação à política econômica (neoliberal) por ambos implementada, tentaram responder a situação de miséria absoluta que existe no País, com programas semelhantes, como o Bolsa Família. Não estamos preocupados com o nome e sim com os objetivos destes programas de transferência de renda em que hoje em dia, segundo dados do governo Lula, 11,1 milhões de famílias são atendidas. Estes programas tentam reduzir a desigualdade social, mas na conjuntura atual não está criando condições para que os beneficiados se tornem economicamente auto-suficientes. É necessário desenvolver e implementar políticas públicas que viabilizem a geração de emprego e o acesso a saúde e a educação de qualidade como um primeiro passo a iniciação do processo desenvolvimentista destes bolsões ou epicentros de miséria.

Já ensinava o Professor Celso Furtado in *Perspectivas da Economia Brasileira*:

“(…) Se aproximamos mais a objetiva, logo comprovamos que a região nordestina não possui o grau de integração necessária para constituir rigorosamente um sistema econômico. Seu produto bruto *per capita*, em 1955, foi de aproximadamente US\$ 110. A esse nível de renda uma economia dificilmente pode alcançar o grau de integração requerido para formar um mercado mais ou menos unificado e para que os fatores de produção gozem de um grau razoável de mobilidade. Uma economia desse nível de renda pode ser descrita como uma série de “manchas” de atividade econômica sem muita articulação umas com as outras. Dessas manchas, muitas têm uma atividade principalmente de subsistência e se articulam debilmente com o mundo exterior através de um pequeno fluxo de renda monetária, o que não pode ser facilmente aumentado de fora para dentro, pelo simples fato de que não é possível vender a essas comunidades mais do que elas podem pagar. Dessa forma, as correntes de comércio que atravessam essas regiões quase sempre não logram penetrá-las. Por outro lado, para que o fluxo monetário aumentasse de dentro para fora seria necessário que ocorressem nessas comunidades transformações capazes de provocar um aumento de produtividade e, por esse meio, um excedente de produção destinado ao mercado. Esse tipo de transformação na prática só ocorre sob o impacto de fatores externos. A introdução de cultura de exportação por iniciativa do governo ou de empresários de fora e a entrada de capital para explorar algum recurso natural ou para criar uma atividade manufatureira são exemplos desse impacto. (...)”

Esta pérola do Professor Celso Furtado em que ele analisa de forma racional e realista a situação do nordeste brasileiro da década de cinquenta do Século XX nos permite fazer um paralelo com os numerosos bolsões de miséria distribuídos pelo Brasil adentro. É lógico que a transferência de renda ajuda a quebrar este ciclo de produção da miséria, mas este processo não se sustenta porque aliena o agente social, o leva a se acomodar, o descaracteriza como *homo sapiens* cuja essência é o trabalho, o qual lhe permite se desenvolver como homem contemporâneo com acesso as condições básicas de vida, de participação no processo produtivo e de apropriação dos bens e serviços produzidos na sociedade.

Fica claro que os avanços com o propósito de diminuir a pobreza estão bem aquém dos objetivos teóricos existentes e os que possam surgir no futuro, enquanto não existir um propósito cujo conteúdo se apóie em políticas públicas acompanhadas de um projeto nacional que realmente vise a população alocada nos diferentes estratos sociais da organização social, que leve em consideração uma filosofia de vida adequada ao contexto atual, uma organização social em que a política, as relações jurídicas e as relações morais sejam satisfeitas por forças produtivas e forma de repartição.

II.2 O Colapso das Cidades – Fruto das Migrações do Campo

Toda economia seja liberal ou socializante tem três componentes ou setores não só para seu processo produtivo de bens e serviços assim como para a apropriação dos mesmos por seus agentes sociais. Historicamente as organizações sociais exerceram sobre outras um domínio econômico, político e militar, ou seja, o conceito de colônia existe através do processo histórico das diversas formações sociais do mundo. Os países europeus a partir do Século XV criaram colônias nos diferentes continentes, colônias que depois conseguiram sua independência política a partir do Século XVIII, atingindo seu clímax no pós-guerra. Estas colônias foram entregues a sua própria sorte, ou seja, em condições sócio-econômicas e sócio-culturais precárias¹.

1

In HOLGUIN R. Países em Desenvolvimento: o Dilema entre a Competitividade atrelada às Empresas Transnacionais e um Projeto Nacional Tecnológico e de Mercado. Habana. 2004.

III. Inserção dos Países do Terceiro Mundo na Globalização Comandada pelas Empresas Transnacionais

Quando falamos nos países do terceiro mundo nos referimos aos países localizados na América Latina, África e Ásia, que são aqueles cuja estrutura social apresenta uma defasagem enorme em relação aos países industrializados – EUA, Alemanha, Inglaterra, França, Países Baixos, Países Escandinavos, além, lógico, do Japão, Tigres Asiáticos e Austrália, para citar os principais. Afirmamos aqui que a estrutura social apresenta uma grande defasagem, pois nesses países, tanto sua infraestrutura econômica quanto sua superestrutura social, quantitativa e qualitativamente, se encontram em estágios aquém dos apresentados pelos países centrais. A História nos mostra que países como a Inglaterra, com sua revolução política do Século XVII e revolução industrial do Século XVIII, e a França, com sua revolução política e social de 1789 e a expansão dessas idéias humanísticas e liberais pela Europa toda, inclusive, América do Norte e América Latina, criaram as bases para desenvolver e dominar as forças produtivas e de suas relações de produção ou forma de propriedade ou forma de repartição, que lhes permitiram organizar suas sociedades política, jurídica e eticamente dentro de uma filosofia adequada aos momentos contemporâneos correspondentes.

Falando especificamente da América Latina, consideraremos os países hispânicos e o Brasil, como representante da ascendência lusitana, como uma forma de centralizar a nossa análise, o que nos permitirá depois estendê-la aos outros continentes, cujas estruturas nacionais também se encontram aquém da realidade histórica do momento.

A partir do Século XV, os países ibéricos – Espanha e Portugal – se lançaram ao mar abrindo novos horizontes geográficos e nacionais, como foram os casos do descobrimento da América, novos caminhos para chegar ao Extremo Oriente e, inclusive, conseguir a navegação através do globo terrestre. A estes países se juntaram, também, Inglaterra, França e Holanda, o que permitiu que aqueles e estes países europeus fincassem colônias além mar, o que foi a base do crescimento econômico e político da Inglaterra, França e Holanda, do Século XV ao início do Século XX.

A Inglaterra sobressai como potência marítima, militar e econômica, pois consegue fundar colônias em praticamente todos os continentes, poderio esse que sustenta até a primeira guerra mundial do Século XX, quando a sua antiga colônia – os Estados Unidos da América – começa a despontar com seu poder hegemônico na Europa e América Latina, o qual implementa, com toda a força e contundência, após a segunda Guerra Mundial. A tecnologia desenvolvida durante essas duas guerras do Século XX que, na visão de Eric Hobsbawm, é parte de um todo, ou seja, que o Século XX teve uma guerra mundial única, permitiram produzir excedentes às potências industrializadas como: Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos, que depois iriam ser alocados nas estruturas nacionais dos países em desenvolvimento.

Após a segunda guerra mundial, os Estados Unidos – que já tinham passado pelo *crash* da Bolsa de Valores em 1929, tinham implementado o New Deal, por Franklin Delano Roosevelt, inspirado nas idéias de Lord Keynes, por sua vez inspirado nas idéias de políticas públicas da revolução soviética – fazem a intervenção na economia liberal via Estado Nacional, ou seja, são feitos investimentos maciços nos três setores da economia seguindo as diretrizes determinadas pelo estado interventor. O Estado Nacional surge novamente fortalecido dentro de um novo contexto histórico diferente da formação do Estado Nacional da Europa na época do Mercantilismo. Este modelo Keynesiano prevalece nos Estados Unidos, na Europa, na América Latina e em alguns países asiáticos como o Japão, Coréia do Norte, Formosa e a cidade chinesa de Hong Kong até o começo da década de setenta, quando este modelo consumista, apoiado no automóvel, na geladeira, na televisão, na máquina de lavar roupa, no avião, nos iates, nos shoppings, especialmente nos Estados Unidos e Europa, entra em declínio, pois seu ciclo de expansão tinha atingido seu clímax entrando em recessão. .

Desta forma estas organizações sociais continuaram seu processo formativo. O modelo de desenvolvimento econômico nessas organizações, chamadas de terceiro mundo, se apoiou basicamente no setor primário fornecendo suas riquezas naturais, deixando os setores de transformação e de serviços aquém do necessário, formando uma elite privilegiada e uma pequena classe média, deixando a sua própria sorte a imensa maioria de sua população. O processo de industrialização - seja autônomo ou dependente, expulsa do campo seus habitantes, os quais migram para os pólos industrializados. Este processo é a principal causa do colapso das cidades. Este enchimento populacional dos centros urbanos não foi acompanhado de uma revolução urbana que contemplasse os diferentes estratos da organização social criando epicentros de conflito nas grandes metrópoles, conflitos estes que transformaram as cidades em verdadeiros campos de batalha de uma guerra civil não declarada.

Os três setores da economia sofreram grandes transformações no final do século passado, transformações estas que não beneficiaram o homem nacional e sim os grandes conglomerados transnacionais e seus aliados nacionais – as elites e a classe média alta. No Brasil, o setor de transformação teve grande desenvolvimento, mas o país não conseguiu sua auto-suficiência tanto tecnológica quanto econômica e financeira, ou seja, continua dependente dos centros de dominação. Esta dependência sempre foi um catalisador da exclusão social, não só da própria classe média como do homem que migrou do campo para as cidades e também dos habitantes dos bolsões de miséria.

Como explicitado acima, as cidades são hoje um verdadeiro campo de batalha latente e dinâmico – um processo cada vez mais fora de controle do poder público, poder este exercido por quinhentos anos pelas elites e hoje exercido por um representante da classe trabalhadora que continua se omitindo na sua tarefa principal que é a reestruturação do País como organização social e nacional.

O setor de transformação vem perdendo seu ímpeto de criar riqueza para o setor de serviços, atividade esta que exige um mercado interno desenvolvido e dinâmico para se receber a mão-de-obra excedente dos setores primário e secundário. Esta migração entre os setores é própria do modelo capitalista e assim como ocorreu na Europa e nos Estados Unidos também se manifesta no Brasil só que a um passo lento, não permitindo a inclusão dos excedentes da mão-de-obra existentes no mercado (exército industrial de reserva). Portanto, o colapso das cidades é, também, um componente negativo da forma estrutural da pobreza estrutural no Brasil.

II.3 Educação, Ciência, Tecnologia e Mercado

Nas últimas décadas, assistimos a verdadeiras revoluções sociais nos países denominados tigres asiáticos baseadas no modelo capitalista de produção, onde o ensino básico e médio, assim como o ensino universitário, criaram a base para que estes países desenvolvessem sua ciência e tecnologia produzindo bens e serviços que pudessem disputar o mercado com os países europeus e americanos,

É importante assinalar que todas essas revoluções industriais acontecidas na Europa, Estados Unidos, na Europa, novamente após o Plano Marshall, no Japão e nos Tigres Asiáticos, são frutos da implementação de um ensino de base bem estruturado, de um ensino universitário dentro da realidade geoeconômica e geopolítica do país, que lhe permita pesquisar e desenvolver ciência e tecnologia, assim como implementar políticas de apropriação de bens e serviços na sua organização social acompanhadas de teorias sócio-econômicas, sócio-políticas e sócio-culturais, de acordo com o momento histórico vivido, sem esquecer a questão militar, como mostraram o poder hegemônico da Inglaterra, dos Estados Unidos, da antiga União Soviética e hoje a China, despontando como uma nova organização sócio-econômica e político-militar nesse novo milênio.

Já nos casos de países como o Brasil, Argentina e México, para citar os principais da América Latina, estes não souberam até hoje superar esse seu passado ibérico de carências em políticas públicas, como forma de desenvolver sua economia política e que a mesma se distribua de forma mais justa na sociedade civil. No caso específico do Brasil, a metrópole portuguesa sempre procurou atrasar a implementação do ensino universitário como uma forma ou mecanismo de controle social; portanto, quem quisesse estudar medicina ou direito, deveria se transferir para a Europa. A universidade no Brasil sempre esteve defasada comparativamente com a América Hispânica, onde as universidades se multiplicaram em grande quantidade com a independência da metrópole espanhola.

Resumindo o porque da dependência da América Latina, poderíamos dizer que faltou uma revolução industrial nos seus meios de produção, na qualificação de sua força de trabalho e que a forma de repartição ou relações de produção, visto que pouco tinha a distribuir, sempre foi insuficiente para satisfazer as necessidades de seu povo, situação hoje mais dramática em função da globalização da década de noventa em diante.

inclusive os Estados Unidos. Estes países, desta forma, criaram as condições não só para conseguir a transferência de tecnologia como aprimorá-la, onde o Japão exerceu grande influência não só no fornecimento de ciência e tecnologia como nas técnicas de mercado contemporâneas.

Com relação ao Brasil, o ensino básico e médio, se não é o maior componente negativo para seu desenvolvimento, é um dos mais críticos como as estatísticas oficiais demonstram:

- (i) a média de repetência no ensino fundamental (básico) é 20.6% e é a maior da América Latina;
- (ii) a evasão escolar que a cada hora tem 31.4 jovens deixando a escola, atinge com mais força os jovens a partir de 15 anos que, sem concluir sequer o ensino fundamental (básico) não são beneficiados pelo Bolsa Família e, sem alternativas, formam grupo de riscos, que ingressam em atividades relacionadas ao tráfico de drogas, tráfico de armas e a verdadeiros batalhões de extermínio;
- (iii) dentro da sala de aula o relacionamento entre professor e aluno é marcado por insultos, ameaças e a presença de armas, criando um campo minado pronto para explodir dentro do próprio recinto escolar, onde deveria existir uma relação sadia, esclarecedora que sintetizasse o objetivo principal da escola que é o de formar alunos preparados para o ensino universitário ou para escolas técnicas e, principalmente, preparar homens e mulheres que possam contribuir para a construção da sociedade. Segundo levantamento da Unesco, 47% dos professores e funcionários já foram xingados pelos alunos, ou seja, isto tem um reflexo no aprendizado, pois quanto maior a violência, pior é o desempenho dos alunos.
- (iv) A formação dos docentes no ensino básico é insuficiente: o Ministério da Educação mostra que 47% dos professores de 1ª a 4ª série tem curso universitário, só 43% tem diploma em licenciatura e 1839 não completaram o fundamental. Podemos acrescentar que hoje em dia um professor com trinta anos de magistério deixa de ser profissional pois a desmotivação e o desgaste vão vencê-lo, segundo o professor Patrick Grego².

Some-se a isto, o fato de que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional repete drama comum no Brasil: decisões que, apesar de oficiais, não chegam a sociedade. A falta de recursos impede a aplicação de metas e programas educacionais. Aprovada há mais de dez anos, a Lei de Diretrizes e Bases trouxe avanços, mas esbarrou em um problema comum às leis brasileiras: muita coisa não saiu do papel. Em diversos casos, a falta de recursos financeiros falou mais alto do que a vontade do Congresso Nacional, o que impediu a implementação total da Lei.

Quando falamos em ciência e tecnologia entramos nas instituições de ensino superior cujos objetivos são preparar profissionais para as diversas atividades dos três setores da economia nacional. Esta preparação passa, logicamente, pelo ensino de qualidade, da pesquisa fundamental e do desenvolvimento, não só de tecnologia como de técnicas administrativas aplicáveis nas diversas funções da sociedade.

A crise vivenciada pelo ensino superior brasileiro é um reflexo da situação econômica, cultural, tecnológica e social do País. As tradicionais universidades federais e estaduais apresentam carências não apenas de caráter econômico e financeiro. Seus quadros profissionais – corpo docente e corpo administrativo – trabalham em condições precárias e, também, formam um núcleo de poder dentro destas instituições oriundo de seu tradicional corporativismo.

Esta situação do ensino superior nos leva a um panorama que se repete gradativamente, que são as greves das universidades públicas, a incerteza nas tradicionais universidades privadas como a Pontifícia Universidade Católica (PUC) e na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Recentemente, a PUC de São Paulo conseguiu sair do déficit, após seis anos. A instituição se viu obrigada a demitir e fazer

² Professor de História da turma de 8ª série do Colégio Estadual Brasil.

mudanças administrativas profundas: perdeu 30% dos docentes, reduziu a pesquisa. A perda dos docentes ocasionou a reclamação dos professores pelo acúmulo de aulas e criou a desconfiança dos alunos com relação a adoção dessas medidas.

Podemos completar esta breve análise afirmando que o avanço do ensino superior no Brasil ainda é insuficiente, que apesar do aumento de vagas a proporção de adultos que se formam é inferior a de países como Chile e Coréia do Sul. A idéia que prevalece entre especialistas da área é que as nações que avançaram mais na qualificação da mão-de-obra investiram em área de alta tecnologia.

Um grande gargalo no ensino superior brasileiro é a pesquisa e desenvolvimento não só na quantidade como na qualidade e sua interação com as unidades produtivas e administrativas alocadas no País. Como já citado no primeiro trabalho apresentado no VI Encontro Internacional de Economistas, o Plano de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek (1956/1961) não conseguiu implementar a contento centros de pesquisa e desenvolvimento que ficaram aquém do que estava previsto. Estes centros de P&D foram objeto de várias tentativas de implementação durante os governos militares e atualmente existem em pequeno número, como a EMBRAPA e o CENPES, por exemplo.

Para fechar esta breve análise devemos lembrar que a eficiência e a eficácia dos centros de pesquisa e desenvolvimento passam necessariamente pela sua interação com as grandes indústrias nacionais e transnacionais e os conglomerados estrangeiros, pois são estas empresas que determinam ou alocam no mercado nacional e internacional os bens e serviços desenvolvidos.

III. CRESCIMENTO

O crescimento foi um tema amplamente discutido no trabalho intitulado *Países em Desenvolvimento: o Dilema entre a Competitividade atrelada às Empresas Transnacionais e um Projeto Nacional Tecnológico e de Mercado*, apresentado VI Encontro Internacional de Economistas. Entre as idéias colocadas neste trabalho estão a de que o capitalismo cresce com uma dupla contradição – acumulação e concentração de um lado e pauperização e proletarização, do outro, ou seja, que o capitalismo por mais desenvolvido que seja sempre estará exposto aos ciclos de expansão e retração, as chamadas crises periódicas do capitalismo. Lembrando que estes ciclos são originados pelo decréscimo tendente do lucro, pelo dinamismo anárquico do capitalismo e pela desordem dos mercados, assinalando, ainda, que além destas crises periódicas, existe uma crise latente em que o trabalhador participa de uma subconsumação constante.

Hoje o PIB do Brasil cresce entre 2,5% e 3,5%, ou seja, toda a riqueza produzida no Brasil se encontra neste patamar, enquanto que países como a China vem crescendo 12% ao ano. Se o país pretende, realmente, reestruturar a sua organização social, o crescimento é peça fundamental para atingir estes objetivos. Entre as medidas que o País necessita tomar destaca-se a redução dos impostos dos produtos que compõem a cesta básica e compensar esta renúncia fiscal taxando a riqueza em poder de uns poucos. É necessário, também, criar condições propícias para a entrada de capitais destinados a investimentos diretos e com tecnologia de ponta em que haja transferência de tecnologia. Outra idéia seria a alocação de recursos de forma adequada que permita o desenvolvimento de regiões atrasadas e a sustentabilidade das regiões tradicionalmente mais avançadas.

No atual modelo de desenvolvimento econômico, o processo de proletarização e pauperização atinge patamares exorbitantes, pois a alta tecnologia do setor de transformação aboliu enorme quantidade de postos de trabalho, que não foram absorvidos pelo setor terciário, como aconteceu e vem acontecendo nos países mais desenvolvidos. Este exército industrial de reserva como não é aproveitado novamente no processo produtivo em qualquer um dos três setores da economia vem criando um caldo propício para os conflitos sociais nas grandes metrópoles e no campo. Organizações como a CUT – Central Única dos Trabalhadores e o MST – Movimento dos Sem Terra, entre outros,

abrem suas portas para essa mão-de-obra ociosa e a prepara para resistir e lutar por mudanças estruturais no País.

Este modelo econômico concentrador de renda e grande produtor de proletários e miseráveis tem o apoio constante da mídia, a qual se encarrega de massificar a informação não só nos níveis econômicos, políticos e de entretenimento (futebol, samba, novela, etc). Como citamos anteriormente, o capitalismo cresce com uma dupla contradição: acumulação, concentração, por um lado, e proletarização e pauperização, de outro. Marx define a pauperização como absoluta e relativa. Para ele a pauperização absoluta é aquela que corresponde as condições sociais do trabalhador cada vez mais dramáticas de geração para geração e a relativa é aquela que vende a falsa idéia ao assalariado de que ele pode entrar na sociedade de consumo e se apropriar dos bens e serviços aos quais realmente só a burguesia tem acesso, com suas rendas capitalistas.

O consumo de massas se desenvolveu em cima de três fases: a primeira, o nascimento dos mercados de massa, iniciada nos anos de 1880 e consolidada na primeira metade do Século XX. É a época das grandes lojas de departamentos. É a fase de construção cultural, que requer a educação dos consumidores. Ir as compras se torna um passatempo e um estilo de vida das classes médias. A segunda, a chamada sociedade de abundância, construída ao longo das três décadas do pós-guerra. Multiplica-se por quatro o poder de compra dos salários, o crédito se expande, e uma parcela crescente da sociedade passa a ter acesso a produtos até então restritos as classes abastadas: carro, TV, eletrodomésticos, etc. Supermercados e hipermercados se expandem vigorosamente, diminui o tempo de vida das mercadorias que se diversifica, se renova e cria o complô da moda. Isto corresponde a uma das causas do ciclo de expansão e retração do capitalismo, ou seja, o dinamismo anárquico do sistema. A terceira, o hiperconsumo, fase iniciada nas duas últimas décadas do Século XX, em que o consumo se associa cada vez mais forte a critérios individuais. A curiosidade se torna uma paixão, e cria-se uma nova relação emocional entre indivíduos e mercadorias.

As marcas se fortalecem de forma independente dos produtos, como a Benetton, num processo chamado de *branding*. O produto deixa de ser vendido e dá lugar a um conceito, um estilo de vida associado à marca.

A ansiedade pelo consumo cresce, juntamente com a necessidade de consumir. O hiperconsumismo passa a ser visto como uma forma de lutar contra a fatalidade da vida³.

O sociólogo francês Gilles Lipovetsky em entrevista ao editor Marcos F. Peres do Caderno +MAIS! entre outras coisas, afirma: “porque o consumo se tornou uma terapia cotidiana, funcionando como uma espécie de droga psicológica: faz esquecer, faz mudar de ares. Assim, ele é ao mesmo tempo uma busca de prazer – viajamos nas férias, decoramos a casa, vamos aos restaurantes – e uma forma de expulsar a angústia e ansiedade”. Mais adiante o sociólogo francês Gilles Lipovetsky afirma que a delinquência, a violência e a criminalidade são conseqüências sociais da impossibilidade de hiperconsumir e que as pessoas não querem viver mal. Elas também querem participar da sociedade de hiperconsumo. E, como isso é difícil, podem lançar mão de formas imediatas para conseguir dinheiro – como o tráfico de drogas e roubo – e pagar pelas marcas. Porque, se você não tem os produtos de consumo, você está excluído da sociedade.

Portanto, a pauperização não só exclui o indivíduo do processo produtivo como o aliena totalmente da apropriação dos bens e serviços que a mídia interioriza diária e constantemente em seu processo de contra-informação e desinformação. O indivíduo é convidado constantemente a consumir aquilo que suas condições sócio-econômicas e sócio-culturais jamais lhe permitirão, porque só a burguesia tem rendas para essa consumação ansiosa e angustiante.

IV. SOBERANIA

³ PERES, Marcos F. Editor do Caderno + MAIS!.

Países como Estados Unidos, Rússia e China exercem hoje uma influência comercial em grande parte do globo terrestre, porque esta política geo-econômica é implementada se apoiando na questão geo-política, ou seja, a máquina de guerra.

A soberania dos estados nacionais sempre foi obtida com a guerra, que nada mais é do que a continuação da política internacional, ou seja, se a negociação não for favorável para uma das partes, a guerra é o caminho certo para conseguir seus objetivos estratégicos.

Se olharmos o mapa das principais bases norte-americanas no mundo, veremos que Groelândia, Itália, Espanha, Okinawa, Coréia do Sul, Turquia, Reino Unido e Alemanha, entre outros, são nada mais nada menos que força de sustentação dos mercados em que os Estados Unidos alocam seus excedentes de bens e serviços e se apropriam de insumos e mão-de-obra barata.

A China hoje está se projetando no mercado mundial com seus produtos de pequeno valor agregado, produtos estes também fabricados como excedentes de seu mercado interno e com os quais o mercado mundial não tem como competir. O PIB chinês é fruto dos grandes investimentos dos países capitalistas, não só em capital como em tecnologia em função de seu grande mercado interno e do respeito que a máquina de guerra chinesa exerce sobre os países capitalistas. Não fosse esse poderio militar, os países capitalistas estariam intensificando o confronto político-militar.

Para fechar esta breve resenha sobre a soberania podemos citar também a Índia e o Brasil. Enquanto o primeiro tem um poderio nuclear já desenvolvido e exerce grande influência militar na região, o Brasil se encontra com sua máquina de guerra defasada e sem um projeto nacional para pesquisa e desenvolvimento de armas, inclusive sem alocação de recursos para aquisição de tecnologia e equipamentos de guerra. Portanto, o Brasil tem que rever essa situação e se planejar para um futuro a curto e médio prazos.

V. CONCLUSÃO

Considerando-se o que foi discutido anteriormente, podemos concluir que o avanço no propósito de diminuir a pobreza no Brasil passa pelo equacionamento e implementação de soluções para os problemas aqui analisados tais como os bolsões de miséria, o colapso das cidades, a situação do ensino básico, do ensino médio, da decadência das grandes universidades públicas, do apoio efetivo a pesquisa básica e de desenvolvimento, e que haja uma interação real entre estes centros e as diversas unidades produtivas existentes no País.

O crescimento deve ser dinâmico e sustentado de tal forma que permita um crescimento do PIB no patamar de 5% no mínimo. A riqueza produzida deve ser alocada de forma eficiente para conseguirmos a eficácia na reestruturação social brasileira. E para isto os fatores complicadores aqui analisados – pobreza, crescimento e soberania – devem ter tratamento prioritário.

VI. BIBLIOGRAFIA

1. ALBUQUERQUE, Manuel Maurício de - Pequena História da Formação Social Brasileira, Edição Graal Ltda., Rio de Janeiro, 1981.
2. CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNON, Hector Perez – Os Métodos da História, Edições Graal Ltda., Rio de Janeiro, 1979.
3. CHEVALLIER, Jean-Jacques – As Grandes Obras Políticas de Maquiavel aos Nossos Dias, Livraria Agir Editora, 1976.
4. CORNEJO, Romer Alejandro – Las reformas económicas en China: alcances y retos, Comercio Exterior, Mexico, Julio de 1999, pp. 597-602.
5. FURTADO, Celso – Formação Econômica do Brasil, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1975.
6. HOBBSBAWN, Eric J. – A Era dos Extremos, Paz e Terra, 1999.
7. Jornal O Globo, Brasil, 9 de novembro de 2003, p. 42.

8. PIETRE, André – Marxismo, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1969.
9. PORTER, Michael E. – Estratégia Competitiva, Editora Campus, 1986.
10. JUNIOR, Caio Prado – História Econômica do Brasil, Editora Brasiliense, São Paulo, 1972.
11. QUIJANO, Anibal – A Formação de um Universo marginal nas Cidades da América Latina, Espaces et Sociétés, nº 3, julho de 1971, pp. 71-88.
12. SOUSA, Eligio de Mateo y – De la geopolítica a la geoeconomía, Comercio Exterior, Mexico, Outubro de 1993, pp. 974-978.
13. ZEITLIN, Irving – Ideologia y Teoría Sociológica, Amorrortu Editores, Buenos Aires, 1973.
14. Folha de São Paulo. Caderno +Mais!. 16 de setembro de 2001. São Paulo. Brasil.
15. Folha de São Paulo. Caderno +Mais!. 13 de novembro de 2005. São Paulo. Brasil.
16. Folha de São Paulo. Caderno +Mais!. 22 de janeiro de 2006. São Paulo. Brasil.
17. Folha de São Paulo. Caderno +Mais!. 11 de junho de 2006. São Paulo. Brasil.
18. Folha de São Paulo. Caderno +Mais!. 22 de julho de 2006. São Paulo. Brasil.
19. Folha de São Paulo. Caderno +Mais!. 12 de agosto de 2006. São Paulo. Brasil.